

# ADVERBIO

REVISTA CIENTÍFICA DOS CURSOS DE COMUNICAÇÃO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO FAG

VOL. 18 - N. 34 | JAN./JUL. 2024 | ISSN 1808-883X

## TERRITÓRIOS ALÉM DO CÂNONE: REFLEXÕES SOBRE O ENSINO DAS LITERATURAS AFRICANA E AFRO-BRASILEIRA

Suzana Ceccato Casagrande  
Beatriz Helena Dal Molin



# TERRITÓRIOS ALÉM DO CÂNONE: REFLEXÕES SOBRE O ENSINO DAS LITERATURAS AFRICANA E AFRO- BRASILEIRA

Suzana Ceccato Casagrande<sup>1</sup>  
Beatriz Helena Dal Molin<sup>2</sup>

## **RESUMO:**

Este artigo discute o papel da abordagem das literaturas de matriz africana e afro-brasileira nos currículos da educação básica. Para tanto, a análise apresenta uma abordagem teórico-filosófica fundamentada nos estudos dos filósofos Deleuze e Guattari (2014), especialmente no que diz respeito ao conceito de Literatura Menor. Ao aplicar esse arcabouço teórico ao ensino das literaturas africana e afro-brasileira, o artigo destaca a importância de desvincular essas expressões literárias de uma abordagem hegemônica, eurocêntrica e imperialista. A Literatura Menor, neste contexto, é apresentada como uma ferramenta para desconstruir estigmas e promover uma apreciação mais coerente e contextualizada dessas produções literárias. A análise conta ainda com as contribuições de teóricos cujas reflexões buscam romper com abordagens seculares, pautadas exclusivamente no modelo traçado a partir do olhar ocidental, a saber: Appiah (1992), Ki-Zerbo (2010), Hampaté-Bâ (2010) e Vansina (2010). A discussão enfatiza que a opção pela Literatura Menor como lente teórica não apenas oferece uma nova perspectiva para analisar as obras, mas também impulsiona práticas pedagógicas inovadoras e inclusivas. O artigo conclui destacando a necessidade de repensar os currículos escolares, incorporando abordagens que reconheçam e valorizem as literaturas africanas e afro-brasileiras como expressões legítimas e autônomas, além de questionar as estruturas de poder que historicamente negligenciaram essas produções literárias.

## **PALAVRAS-CHAVE:**

Literatura Africana e Afro-Brasileira, Literatura Menor, Educação.

---

<sup>1</sup> Doutora em Letras pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Docente do Centro Universitário FAG. E-mail: suzana.ceccato@gmail.com.

<sup>2</sup> Coordenadora do NEaDUNI /UAB Unioeste. Pós-doc. Programa de Engenharia e Gestão do Conhecimento/Mídia e Conhecimento/ UFSC/Colegiado do Mestrado e Doutorado em Letras /UNIOESTE. E-mail: biabem2001@gmail.com.

## 1 INTRODUÇÃO

Já se passaram 20 anos desde a promulgação da Lei nº 10.639/03, que representou uma importante conquista dos movimentos sociais voltados à valorização da cultura afro-brasileira e africana, posto que incluiu, no currículo oficial da rede de ensino, os conteúdos referentes à História e à Cultura Afro-Brasileira e Africana, ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Arte, de Literatura e História Brasileiras.

Se, de um lado, a promulgação desta lei representou um enorme avanço para a educação brasileira, por outro, também revelou um cenário nefasto de um centenário processo intencional de apagamentos e silenciamentos oriundos do próprio processo de aculturação, ao qual as nações e povos atingidos pelo imperialismo europeu estiveram submetidos. Logo, a Lei nº 10.639/03 também descortinou uma realidade de professores e atores da educação atordoados pela obrigatoriedade de se abordar um conteúdo em sala de aula, para o qual muitas vezes não receberam o aceno de alguma formação acadêmica.

Nesse sentido, entendemos que qualquer pesquisa que se proponha a enveredar pelos territórios das culturas de matriz africana e afro-brasileira deve, primeiramente, ter clareza quanto ao aporte teórico a ser adotado como alicerce. Assim, o primeiro traçado desta pesquisa surgiu da necessidade de definir um referencial teórico-filosófico coerente, que transcendesse o já posto, o status quo. Procurávamos um arcabouço que não fosse mais uma forma de reproduzir a hegemonia secular que já está posta.

No contexto da formação de professores para o ensino da literatura africana e afro-brasileira, emerge uma necessidade premente de não apenas reconhecer, mas também de compreender profundamente as dinâmicas intrínsecas dessas expressões literárias. Este artigo se propõe a acenar para essas fronteiras literárias por meio da lente do conceito de literatura menor, formulado pelo encontro dos filósofos Gilles Deleuze e Félix Guattari (2014).

A literatura africana e afro-brasileira, intrinsecamente ligada às trajetórias históricas e culturais de seus povos, apresenta-se como um fenômeno complexo que desafia as categorizações convencionais. No cerne dessa discussão, buscamos traçar uma ponte entre as obras desses autores e a riqueza narrativa produzida por escritores africanos e afro-brasileiros.

Ao empregar a noção de literatura menor, propomos uma abordagem analítica que vai além dos parâmetros tradicionais, permitindo-nos vislumbrar as multiplicidades e resistências presentes nessas narrativas emergidas de um contexto que não se enquadra nos modelos canônicos instituídos.

Deleuze e Guattari (2014) introduzem o conceito de literatura menor, conforme adiante será observado, como uma expressão que transcende os limites impostos por estruturas dominantes. Ao adotar essa perspectiva, este artigo busca elucidar como a literatura africana e afro-brasileira, ao manifestar-se como uma literatura menor, em sua infinita complexidade, não se submete e não faz questão de se submeter a estéticas, convenções, enquadramentos preestabelecidos, mas, ao contrário, produz uma tessitura literária que reflete as complexidades de suas experiências culturais e sociais e, exatamente por isso, é carregada de enorme fonte de resistência para essas culturas.

Dessa forma, este artigo se propõe a explorar criticamente a aplicabilidade do conceito de literatura menor na análise da produção literária africana e afro-brasileira, oferecendo uma perspectiva teórica possível para a formação de professores engajados e comprometidos com a abordagem dessas literaturas. Ao fazê-lo, almejamos contribuir para o enriquecimento do diálogo acadêmico e para a promoção de práticas pedagógicas mais inclusivas e sensíveis às nuances dessas expressões literárias singulares.

## 2 A LITERATURA ALÉM DO CÂNONE: POR UMA EDUCAÇÃO TRANSCENDENTE

No ano 1975, o encontro dos filósofos Deleuze e Guattari oportunizou a gênese da obra *Kafka: pour une littérature mineure*, que, em tradução para o português, intitula-se *Kafka: por uma Literatura Menor*. É muito importante, antes de qualquer coisa, destacar que na obra os autores realizam uma inversão do conceito contido no adjetivo “menor”, que em português usualmente adquire a conotação de inferior, subalterno, pequeno, menos importante. Pelo contrário, em sua obra, Deleuze e Guattari entendem a importância da Literatura Menor como a manifestação de um grupo minoritário em contexto de uma língua maior, uma língua dominante. Para eles “uma Literatura Menor não é a de uma língua menor, mas sim aquela que uma minoria faz em uma língua maior” (DELEUZE; GUATTARI, 2014, p. 35).

Os autores, ao esboçarem sua motivação pela produção literária de Kafka, realizam-no procurando conceber uma leitura que tem a pretensão de ser estratégica. Por essa razão, eles “desmontam” a narrativa kafkiana, como se desmonta uma máquina, para, em seguida, remontá-la outra vez, no sentido de desvendar os seus mecanismos, ou seja, os seus agenciamentos, as suas conexões. “Mas o que é interessante, ainda, é a possibilidade de fazer um uso menor de sua própria língua, supondo que ela seja única, ou o tenha sido. Ser em sua própria língua como um estrangeiro” (DELEUZE; GUATTARI, 2014, p. 52).

Nesse sentido, o presente artigo possui o propósito de examinar e refletir a respeito do conceito de Literatura Menor, proposto por Deleuze e Guattari, e sua produtividade para a compreensão da literatura como prática social, especialmente a Literatura Africana e Afro-Brasileira.

Para os autores, nas literaturas menores, “tudo é político” (DELEUZE; GUATTARI, 2014, p. 36). A noção de “literatura menor” revela sua relevância ao ser considerada no âmbito da educação, uma vez que a formação de professores para o ensino de literatura demanda uma análise profunda da dinâmica de exclusão e inclusão de obras, gêneros e autores em um contexto educacional muitas vezes

caracterizado por uma canonização segregacionista. Nesse cenário, que negligencia a produtividade das expressões literárias marginalizadas, é crucial refletir sobre as implicações desse processo para o contexto literário e cultural.

Ao abordarmos a formação de professores para o trabalho com as literaturas de origem africana e afro-brasileira, o conceito de "literatura menor", delineado por Deleuze e Guattari, surge como uma ferramenta essencial e esclarecedora. Isso ocorre porque a análise que buscamos realizar vai além da simples avaliação ou compreensão de uma determinada obra literária. O que pretendemos é desvelar o seu processo de produção, a sua organização maquínica. Compreendemos que ao desvendar o processo de criação de uma literatura específica, adquire-se a autonomia necessária para entender as particularidades inerentes às literaturas investigadas. Não é possível apreender uma obra literária sem antes compreender o processo que a originou.

No que diz respeito às Literaturas Africanas e Afro-Brasileiras, é crucial que os profissionais da educação compreendam e considerem o processo de construção envolvido. Nesse contexto, a preparação dos educadores para abordar essas literaturas exige a superação de modelos, paradigmas e métodos de análise anacrônicos. Em outras palavras, não é adequado abordar as Literaturas Africanas e Afro-Brasileiras utilizando os mesmos critérios geralmente aplicados nos currículos escolares oficiais, uma vez que as metodologias ainda refletem a influência imperialista europeia.

A base da nossa análise está na busca por uma experimentação que transcenda os modelos predefinidos. Alcançar essa superação torna-se possível ao observarmos a congruência entre o enfoque de Deleuze e Guattari e os objetivos que almejamos com este estudo.

## 2.1 PARA ENTENDER A LITERATURA MENOR

A proposição da abordagem da Literatura Menor demanda a consideração de três aspectos interligados. Primeiramente, é fundamental reconhecer que toda Literatura Menor sofre uma influência significativa de desterritorialização em sua linguagem. Em segundo lugar, é preciso compreender que tudo na Literatura Menor possui uma natureza política intrínseca. Por fim, o terceiro ponto a ser destacado é que na Literatura Menor, todos os elementos adquirem um valor coletivo. Esses aspectos destacam a complexidade e a natureza interdisciplinar da abordagem da Literatura Menor, enfatizando sua conexão com questões linguísticas, políticas e sociais. Isso significa dizer que “‘menor’ não qualifica mais certas literaturas, mas as condições revolucionárias de toda literatura no seio daquela que se chama grande (ou estabelecida)” (DELEUZE; GUATTARI, 2014, p. 39).

Inicialmente, mencionamos a dimensão que lhe foi conferida por Gilles Deleuze e Félix Guattari (2014), alicerçada na ideia daquilo que os autores intitulam de “desterritorialização”. Segundo os autores, a prática de desterritorialização está intrinsecamente ligada à emergência da Literatura Menor, uma vez que desencadeia um deslocamento originado pela descaracterização cultural, originada pelo espaço e pela própria linguagem. Em outras palavras, a desterritorialização representa um processo desencadeado por grupos étnicos e/ou culturais que, em um determinado ponto da história, veem-se submetidos a um processo de marginalização e até de segregação.

Essa perspectiva ressalta a importância da desterritorialização como um elemento catalisador na formação da Literatura Menor, destacando como a perda de amarras culturais e linguísticas pode ser tanto uma resposta quanto uma resistência a contextos históricos de marginalização. Portanto, a abordagem desterritorializadora não apenas influencia a estética literária, mas também se manifesta como uma expressão articulada de identidade e resistência diante de processos sociais que buscam marginalizar determinados grupos culturais.

Assim, a construção do entendimento acerca do conceito de "menor" implica desviar-se do padrão, desencadear um processo de desterritorialização e transcender significativamente além das normas canônicas já estabelecidas. Desterritorializar, nesse contexto, significa a capacidade de criar algo novo, ultrapassando as tradições canônicas que delimitam um determinado contexto linguístico e literário considerado "maior". De acordo com Deleuze e Guattari, essa ação tem um significado político crucial quando se trata de definir uma literatura como menor.

Para esses autores, a categoria "menor" encarna a diferença, o desvio, a multiplicidade e a contranarrativa. Esses elementos são vistos como imperativos para a essência e a fertilidade do que é considerado "menor". Nesse contexto, a condição de menor não é uma limitação, mas, muito pelo contrário, uma abertura para a inovação e a diversidade, uma maneira de desafiar e transcender as normas que podem ser opressivas. Essa discussão ressalta a natureza revolucionária e desafiadora da Literatura Menor, que rompe com as convenções estabelecidas para criar espaços mais ricos e inclusivos na expressão literária.

Dessa maneira, é por intermédio da desterritorialização que toda a problemática política e social penetra no campo da literatura e estampa uma feição idiossincrática, particular à estética do "menor". O conceito de "menor" não se curva às restrições dos limites, mas surge e se desenvolve por meio deles, em um movimento nômade, fecundo e dinâmico.

Os textos pertencentes à tradição maior são aqueles que foram canonizados, integrados a uma extensa cadeia secular, desenvolvendo-se em um trajeto evolutivo, linear e hegemônico. Simultaneamente, existem textos literários que surgem à margem e em desacordo com os modelos canônicos. Essa dicotomia incita uma reflexão sobre como, na história da literatura, os conceitos de maior e menor estão intrinsecamente ligados aos mecanismos de supremacia e exclusão engendrados pela legitimação dos cânones. Em última análise, as características que delineiam essa exclusão são profundamente enraizadas na história e são convenientes para a manutenção de um determinado *status quo*.



Nesse sentido, pode-se considerar o conjunto de literatura "menor", representado pelas obras desdenhadas, silenciadas ou esquecidas pelos discursos canônicos oficiais, a partir do diálogo que exercem com o conjunto da produção cultural em seu tempo. Os textos não canônicos têm a grande potência contribuir para a análise e a reflexão sobre a temporalidade da literatura e auxiliar na aceitação da ideia de uma simultaneidade de pretensões contraditórias das obras literárias de cada época. Além do mais, ao dialogar com outras estéticas concebidas como canônicas, a Literatura Menor descortina os parâmetros utilizados para a seleção e a exclusão operadas, e isso revela as determinações embutidas na definição do que é ou do que não é parte do cânone.

A respeito da opção pela obra de Kafka, Deleuze e Guattari reiteram que, devido ao contexto desprivilegiado em que se achava a comunidade judaica na cidade de Praga, na República Tcheca, território de domínio alemão, Kafka apropriou-se da "língua de papel", oficial, que era a língua alemã, e desterritorializou-a, ou seja, desviou-se do cânone alemão centralizado, por exemplo, na literatura consagrada de Goethe.

A falta de uma denominação representativa para essa literatura "marginal" e a presença de cânones rígidos estabelecidos pela tradição proporcionam ao escritor a oportunidade de desafiar as normas e questionar sua própria produção literária. Dessa forma, a ausência de um modelo predefinido permite que o debate literário adquira uma justificativa vívida, autêntica e real. Essa é uma característica fundamental para identificar a Literatura Menor, já que implica liberdade, concedendo voz aos ausentes e aos silenciados, justamente por não se basear em diretrizes preestabelecidas.

É justamente dessa especificidade que se presume a dimensão política que Deleuze e Guattari atribuem à Literatura Menor. Nela, não existe espaço para o particular e o individual, posto que a Literatura Menor adquire, fundamentalmente, o estatuto do que é coletivo, público, político. Para Deleuze e Guattari (2014, p. 38, grifo dos autores), "*Não há sujeito, há apenas agenciamentos coletivos de*

*enunciação* – e a literatura exprime esses agenciamentos, nas condições em que eles não estão dados fora dela”. Dessa maneira, para os autores, jamais haverá uma Literatura Menor que seja desprovida de grande potência política, de resistência e com ênfase na coletividade.

O desvio diante daquilo que é majoritário é a grande prerrogativa que se apresenta ao que seja “menor”, nesse processo de rebeldia de uma língua dentro de outra e de novos modos de sentir e externar o contexto. Este é o sentido tão fecundo de ser “menor”: poder desviar do padrão e desobedecer ao critério de medida constituído e internalizado como único adequado.

Ser menor, desse modo, implica não se conformar, não se adaptar, mas sim abrir espaço para a invenção do novo e a facilitação do deslocamento. Nessa perspectiva, o ato de “desterritorializar” está intrinsecamente ligado à marginalização política e social, refletindo-se no cerne da literatura. A fecundidade da literatura que opta pela estética do “menor” desencadeia consequências cruciais para a compreensão e interpretação da construção da obra e da linguagem como um todo. Essa abordagem crítica destaca como a escolha estética por ser “menor” não apenas desafia o já posto, mas também carrega implicações profundas para a maneira como as obras literárias são percebidas e interpretadas em um contexto mais amplo.

No caso de Kafka, a opção pela língua alemã é feita por um judeu, que habitava em um gueto da cidade de Praga, e dessa maneira era duplamente marginalizado. Além do mais, à época da escrita de Kafka, havia a tendência a um apagamento da identidade cultural desse autor, decorrente do projeto nacionalista reforçador da identidade nacional europeia.

Para Karl Erik Schollammer, em seu artigo *As práticas de uma língua menor: reflexões sobre um tema de Deleuze e Guattari*,

“Menor” é aquela prática que assume sua marginalidade em relação aos papéis representativos e ideológicos da língua e que aceita o exílio no interior das práticas discursivas majoritárias, formulando-se como estrangeiro na própria língua, gaguejando e deixando emergir o sotaque e o estranhamento de quem fala fora do lugar ou de quem aceita e assume o

não lugar como seu deserto, na impossibilidade de uma origem (SCHOLLAMMER, 2001, p. 63).

A transgressão de normas gramaticais, a incorporação de elementos da oralidade e as adaptações sintáticas são exemplos de desvios praticados pelo ponto de vista do "menor" em relação à língua dominante. Pode-se argumentar que o uso da língua original pela perspectiva "menor" desmitifica a linguagem que, nos compêndios e dicionários, é muitas vezes considerada intocável, acionando assim uma poderosa máquina transformadora nela.

Nesse sentido, as literaturas de matriz africana e afro-brasileira constituem um excelente exemplo de como se opera a noção de Literatura Menor. E esse fenômeno não ocorre apenas nos países da comunidade lusófona. Ao longo de mais de quatro séculos, o continente africano foi alvo de diversas formas de violência e desrespeito em relação às suas tradições culturais ancestrais. Além dessa herança de exploração, o imperialismo europeu impôs seu idioma a várias nações africanas.

Assim, nesses países, o desenvolvimento de uma literatura utilizando a língua do colonizador promove a desterritorialização e os agenciamentos necessários para um movimento anti-imperialista. Especialmente nas literaturas produzidas nas décadas de 1960 e 1970, nos países da comunidade lusófona, percebe-se o esforço para um pensamento decolonial<sup>3</sup> e para a desassimilação dos modelos hegemônicos europeus vigentes.

## **2.2 CÂNONE E PODER**

Ana Mafalda Leite (2010, p. 157), em seu estudo intitulado de *Representações da oralidade em textos literários africanos: heterolinguismo e hibridismo de gêneros*, também adverte que "as novas literaturas distinguem-se pela apropriação da língua

---

<sup>3</sup> O pensamento decolonial caracteriza-se por se desprender de uma lógica de centralidade, de um único mundo possível (ideário da modernidade capitalista ocidental). Por isso, a decolonialidade se abre para uma multiplicidade caminhos, culturas, vozes, saberes. A decolonialidade significa a busca pelo direito à diferença e pela abertura para um pensamento-outro (MIGNOLO, 2007).

do centro ex-imperial, adaptando-a localmente". Ainda, segundo a pesquisadora, "este processo implica duas noções: a de ab-rogação ou rejeição da língua normativa, e a de apropriação ou reconstituição da língua do centro, remodelando-a em novos usos" (LEITE, 2010, p. 157).

Nesse sentido, Ana Mafalda Leite tece uma interessante referência ao escritor moçambicano Mia Couto. Segundo ela, a Língua Portuguesa que o escritor utiliza para produzir sua literatura, é resultante da variante linguística moçambicana. A obra de Mia Couto é

[...] receptáculo da língua ouvida no cotidiano e transfigurada na escrita do autor, procura ajustar tal processo linguístico ouvido, refletindo e construindo, criativa e ludicamente, uma retórica anímica, em que os sentidos recuperam a expressividade de uma significação mais vital e ampla (LEITE, 2010, p. 160).

Assim sendo, é dessa maneira que uma Literatura Menor exerce seu papel revolucionário dentro de uma língua maior. Karl Erik Schollammer (2001), por sua vez, afirma que

[...] a desistência expressiva da língua menor revela uma estratégia afirmativa, positiva e transformadora na ênfase das intensidades em tornar-se menor e na pureza dos agenciamentos da língua, que se transformam de imediato em práticas, ou melhor, que sempre são, como uma verdadeira arte revolucionária, desde já, práticas sociais (SCHOLLAMMER, 2001, p. 69).

No âmbito da história da literatura ao longo dos tempos, é amplamente reconhecido que diversas injustiças foram perpetradas em relação à preservação de sua memória e à compilação de seus textos. Comumente compreendemos que a trajetória da humanidade foi marcada por eventos atrozés e conflitos, resultando na destruição de muitas produções humanas, incluindo as literárias. Enquanto alguns feitos são gloriosos e notáveis, há também o lado obscuro do silêncio e da supressão, uma realidade intrínseca à jornada coletiva da literatura.

Contudo, surge uma questão relevante: se as instituições encarregadas de legitimar os cânones praticam a seleção e a exclusão, determinando e validando o

patrimônio literário de uma nação específica, o que as motiva a excluir e negligenciar as expressões literárias consideradas de natureza "menor"?

Caso se conjecturasse sobre um breve levantamento de possíveis critérios a serem apreciados para a categorização de uma obra como "menor", observar-se-ia que estes são bastante diversificados e assentam-se sobre pressupostos de certa forma aleatórios. Quanto ao assunto, Maria Cristina Batalha (2013) aponta sete desses possíveis pressupostos, elencados a seguir:

1) critérios estéticos: aqueles vinculados à ideia de imperfeição da forma, de inadequação à retórica de um gênero, logo, os que remetem àquilo que falta, à pobreza, à insuficiência, etc.; 2) aos critérios internos, somam-se os fatores de depreciação fundados sobre a relação de um texto com o que poderíamos chamar de balizadores poéticos de sua época (continuismo versus vanguardismo); 3) critérios que denotam uma excessiva marginalidade, que provocam estranhamento, uma singularidade particular, etc.; 4) critérios do tipo sociológico: a discriminação radical que acarreta, antes mesmo da leitura, o pertencimento de uma obra a uma seção/área da cultura tida como secundária/subalterna; 5) critérios que discriminam um autor se este não se enquadra na categoria de "grande escritor" ou não é reconhecido como tal, mesmo sendo uma pessoa pública e com notabilidade em outra área (por exemplo, teóricos de renome que resolvem escrever ficção, políticos que se lançam na literatura); 6) critérios históricos ou historiográficos: pertencimento a uma época considerada por demais densa em termos de História (Revolução francesa, Segunda Guerra Mundial); 7) critérios assumidos pelo escritor menor em situação de exilado: outsider, observador cínico da grande encenação literária das culturas etnocêntricas; aquele que nutre o sentimento de pertencer a uma cultura periférica e promove a paródia do escritor "oficial" (BATALHA, 2013, p. 119-120).

Para a autora, nesse último conjunto, encontram-se também alocados os "escritores de países emergentes". Quanto a isso, é possível destacar inúmeros escritores africanos, que utilizam a língua "maior" dos colonizadores, mas fazem, por meio dela, uma literatura "menor".

Batalha (2013) ainda assevera que o julgamento de valor a que as obras são submetidas só pode ser medido a partir daquilo que se institui como cânone. Para a autora, o cânone "implica alguma coisa de qualidade superior, elevada ao estatuto de obra genial ou divina, perfeita o suficiente para ser preservada e, portanto, investida do poder de modelo de emulação" (BATALHA, 2013, p. 120).

Essas obras são consideradas fundadoras e, segundo a concepção estabelecida, só podem ser criadas por um especialista. Da mesma forma, é o especialista que determina o que pode ser considerado literatura, incumbindo a ele emitir juízos de valor sobre o objeto literário. É precisamente essa dinâmica que valida e fortalece o monopólio e a persistência dos discursos considerados como fundadores.

Portanto, para compreender o texto "menor", é essencial questionar, inicialmente, qual conceito de literatura serve como fundamento para classificar uma obra como tal. Adicionalmente, é crucial considerar a literatura como um domínio de práticas discursivas sociais. Afinal, a literatura está sujeita a diversas influências de movimentos culturais, sociopolíticos e econômicos.

Observa-se que o cânone literário se beneficia da historiografia, a qual é construída a partir de uma perspectiva mais abrangente, de um cânone. A conclusão que se pode tirar é que o universo canônico favorece a repetição e, ao mesmo tempo, é pouco receptivo a obras que busquem inovação ou que contenham elementos inéditos e incomuns.

Todas essas conexões e reverberações presentes no cenário literário resultam no estabelecimento de hierarquias e diversas determinações. Segundo a perspectiva de Deleuze e Guattari, a dualidade entre "maior" e "menor" é meramente uma construção gerada pelo próprio campo literário. Em outras palavras, essa segregação apenas aparentemente é atribuída a características intrínsecas à obra literária. De acordo com os autores, a categorização em maior/menor está associada aos diferentes usos sociais dessas obras. No entanto, a crítica frequentemente baseia seus julgamentos em princípios puramente estéticos.

Deleuze e Guattari (2014) argumentam que a dualidade entre maior/menor se sustenta apenas por critérios empíricos e, em alguns casos, estatísticos. Em termos simples, em um dado período, uma literatura "menor" seria aquela marcada por uma divergência em relação a um conjunto de obras de referência. Isso implica na

compreensão de que a construção de um conjunto específico de obras canônicas está sujeita a eventos temporais e, por conseguinte, a eventos históricos.

É importante também salientar, neste momento, que os processos de legitimação de certas expressões literárias e a recusa de outras estão intrinsecamente vinculados a dinâmicas de poder. Desse modo, as obras que são excluídas geralmente são aquelas que não se encaixam nos parâmetros canônicos consolidados. Por outro lado, essas obras ocupam posições intermédias entre diversas estéticas ou correntes literárias, tornando-se, assim, incômodas para a organização de uma história da literatura baseada em critérios cronológicos e estilísticos.

### **3 O PERIGO DE UMA HISTÓRIA ÚNICA**

Conforme já assinalamos, a instituição da obrigatoriedade da abordagem da cultura e da história da África no contexto da educação básica, no Brasil, de um lado representa uma grande conquista por parte dos movimentos que lutam pela igualdade, mas por outro atravessa a já tão desigual realidade dos docentes brasileiros, e imputa-lhes a árdua tarefa de difundir, em um precário espaço de tempo, um rol de conhecimentos multidisciplinares para os quais não tiveram a formação adequada. Desse modo, o desafio não é mais a conquista por um mero território na normatização escolar; agora, o que nos parece ainda mais desafiador é a prática coerente das abordagens a tais conteúdos.

Assim, buscamos as valiosas contribuições de um extenso grupo de historiadores, filósofos e sociólogos que direcionam seus estudos para dissipar o véu de desconhecimento que encobre a história do vasto continente africano e da população africana. Os referidos estudos estão compilados na obra *História Geral da África*, organizada pelo estudioso Joseph Ki-Zerbo. A obra é fruto do Comitê Científico Internacional da UNESCO para Redação da História Geral da África, e sua versão em português resulta de uma parceria entre a Representação da UNESCO no

Brasil, a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade do Ministério da Educação do Brasil (Secad/MEC) e a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). A edição da obra aqui referenciada data de 2010 e, logo em sua apresentação, em texto assinado por Vincent Defourny, Representante da UNESCO no Brasil, e Fernando Haddad, Ministro de Estado da Educação do Brasil à época, ocorre a menção à Lei nº 10.639 de 2003, já assinalada nesta pesquisa.

Essa Lei é um marco histórico para a educação e a sociedade brasileira por criar, via currículo escolar, um espaço de diálogo e de aprendizagem visando estimular o conhecimento sobre a história e cultura da África e dos africanos, a história e cultura dos negros no Brasil e as contribuições na formação da sociedade brasileira nas suas diferentes áreas: social, econômica e política. Colabora, nessa direção, para dar acesso a negros e não negros a novas possibilidades educacionais pautadas nas diferenças socioculturais presentes na formação do país. Mais ainda, contribui para o processo de conhecimento, reconhecimento e valorização da diversidade étnica e racial brasileira (DEFOURNY; HADDAD, 2010, p. 08).

Entretanto, relegar aos docentes e às instituições de ensino a tarefa de dissuadir os inúmeros séculos de desconhecimento e padronização torna-se, paradoxalmente, uma atitude bastante perigosa, se as políticas para a formação de professores aptos a trabalhar com esses conteúdos não forem sérias e coerentes. Isso porque aprofundar e propagar o conhecimento sobre as culturas, as civilizações e os povos da África, requer uma mudança radical da organização curricular dos cursos de licenciatura, e, mais do que isso, a formação constante de docentes abertos para entender o múltiplo. Segundo o Prefácio de M. Amadou Mahtar M'Bow, Diretor-Geral da UNESCO (1974-1987) para a obra *Metodologia e Pré-História da África* (2010, p. XXI-XXII), há "uma recusa a considerar o povo africano como o criador de culturas originais que floresceram e se perpetuaram, através dos séculos, por vias que lhes são próprias e que o historiador só pode apreender renunciando a certos preconceitos e renovando seu método".

Isso implica ir para além, muito além, da enorme barbárie do tráfico negreiro. A generalização e a simplificação estereotipada do ensino da cultura e da história da



África apresentam lacunas preocupantes para o cumprimento do que prevê o teor da Lei nº 10.639, quando determina a premente inclusão dos conteúdos voltados à história e à cultura dos povos africanos, para a propagação de uma educação antirracista e libertadora. E é nesse ponto que voltamos a destacar a noção de que a formação para o trabalho deve ser constante, em um movimento sempiterno de aprender-ensinar-aprender.

Nesse sentido, o filósofo e historiador anglo-ganês Kwame Anthony Appiah, em sua obra *Na Casa de Meu Pai: a África na filosofia da cultura* (1992), discute questões atinentes à negação de uma África única e homogênea e defende a reflexão sobre o conjunto de individualidades que formam o continente africano. No que tange a essas individualidades, Appiah (1992) defende que se as tradições são inventadas, as individualidades também o são. Para ele, “toda identidade humana é construída e histórica: histórias inventadas, biólogias inventadas e afinidades culturais inventadas vêm junto com toda identidade” (APPIAH, 1992, p. 243), que amparadas pela filosofia deleuze-guattariana chamaríamos de singularidade.

Se a subjetividade humana, de um lado, proporciona acontecimentos produtivos, de outro também pode ser um campo fértil para o surgimento e a proliferação de conceitos extremamente perversos, tais como um dos piores deles, que é o racismo. Este, por sua vez, ainda pode vir carregado de múltiplos substratos ideológicos enraizados e perpetuados pelos currículos vigentes.

No que se refere ao continente africano, observam-se inúmeros derivados ideológicos, oriundos da subjetividade eurocêntrica, e identificá-los, superá-los e aboli-los é o primeiro grande desafio, antes de qualquer pretensão de estudo. O historiador Ki-Zerbo (2010) assevera

As sombras e obscuridades que cercam o passado desse continente constituem um desafio apaixonante para a curiosidade humana. A história da África é pouco conhecida. Quantas genealogias mal feitas! Quantas estruturas esboçadas com pontilhados impressionistas ou mesmo encobertas por espessa neblina! Quantas sequências que parecem absurdas porque o trecho precedente do filme foi cortado! Esse filme desarticulado e parcelado, que não é senão a imagem de nossa ignorância, nós o transformamos, por uma

formação deplorável ou viciosa, na imagem real da história da África tal como efetivamente se desenrolou. Nesse contexto, não é de causar espanto o lugar infinitamente pequeno e secundário que foi dedicado à história africana em todas as histórias da humanidade ou das civilizações (KI-ZERBO, 2010, p. XXXII).

Por séculos, persiste uma confusão que influencia as pesquisas acerca dos povos autóctones do continente africano. Na abordagem histórica mais ampla, a África apresenta uma notável diversidade de características singulares, suscetíveis a interpretações conflitantes e, frequentemente, incongruentes.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao longo desta análise, este artigo buscou acenar para a necessidade de uma abordagem crítica e de enfrentamento para integrar as literaturas de matriz africana e afro-brasileira nos currículos da educação básica. Ao fundamentar-se nos estudos teórico-filosóficos de Deleuze e Guattari, especialmente no conceito de Literatura Menor, o artigo destaca a necessidade premente de desvincular essas expressões literárias de uma abordagem eurocêntrica, hegemônica e imperialista.

A análise, enriquecida pelas contribuições de teóricos como Appiah, Ki-Zerbo, Hampaté-Bâ e Vansina, entre outros, visa transcender as abordagens tradicionais que se pautam exclusivamente no modelo ocidental. A Literatura Menor emerge como uma ferramenta crucial para desconstruir estigmas e fomentar uma apreciação mais autêntica e contextualizada dessas produções literárias.

Ao finalizar, o artigo ressalta a relevância de abordagens que não apenas reconheçam e valorizem as literaturas africanas e afro-brasileiras como expressões legítimas e autônomas, mas que também questionem as estruturas de poder que historicamente marginalizaram essas manifestações literárias. Logo, reafirmamos a urgência de promover práticas pedagógicas inovadoras e inclusivas, capacitando as gerações presentes e futuras a compreender e apreciar plenamente a riqueza cultural e histórica dessas narrativas.

## REFERÊNCIAS

- APPIAH, Kwame Anthony. **Na casa de meu pai: a África na filosofia da cultura**. Tradução Vera Ribeiro. Revisão de tradução Fernando Rosa Ribeiro. 1.ed; 1. reimp.. Rio de Janeiro: Contraponto, 1992.
- BATALHA, Maria Cristina. O que é uma Literatura Menor? **Revista Cerrados**, Brasília, v. 22, n. 35, p. 113-125, 2013. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/cerrados/article/view/14137>. Acesso em: 03 mar. 2024.
- BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-brasileira", e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.639.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm). Acesso em: 13 nov. 2023.
- DEFOURNY, V.; HADDAD, F. Apresentação. In: **História Geral da África**. Brasília: UNESCO, Secad/ MEC, UFSCar, 2010.
- DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. **Kafka: Por uma Literatura Menor**. Belo Horizonte, Autêntica, 2014.
- HAMPATÉ BÂ, Amadou. A tradição viva. In: **História Geral da África**. Brasília: UNESCO, Secad/ MEC, UFSCar, 2010.
- KI-ZERBO, Joseph. (Ed.) **História Geral da África**. Brasília: UNESCO, Secad/ MEC, UFSCar, 2010.
- LEITE, Ana Mafalda. Representações da oralidade em textos literários africanos: heterolinguismo e hibridismo de gêneros. In: SECCO, Carmen Lúcia Tindó, SALGADO, Maria Teresa & JORGE, Silvio Renato (Orgs.) **Pensando África**. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010, pp. 157-164.
- MIGNOLO, Walter. El pensamiento decolonial: despredimiento y apertura. In: CASTRO-GÓMES, Santiago; GROSGUÉL, Ramón. **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del Hombre editores; Universidade Central; Instituto de Estudios Sociales Contemporáneos y Pontificia Universidad Javeriana; Instituto Pensar, p. 25-47, 2007.
- SCHOLLAMMER, Karl Erik. **As práticas de uma língua menor: reflexões sobre um tema de Deleuze e Guattari**. Ipotesi, vol. 5, nº 2, jul/dez 2001, Juiz de Fora, Ed. UFJF, pp. 59-70.

VANSINA, Jan. A tradição oral e sua metodologia. In: **História Geral da África**.  
Brasília: UNESCO, Secad/ MEC, UFSCar, 2010.